

PINGA-FOGO

■ **PL PODE INDICAR O CANDIDATO A VICE-GOVERNADOR NA CHAPA DE EDUARDO PAES** - Os sinais de carinho do Presidente do PL, Valdemar Costa Neto, em direção à candidatura do Prefeito Eduardo Paes tem um segundo passo ainda mais amplo que vai surpreender a classe política fluminense.

■ Avançou muito, nos últimos dias, a ideia de fazer o deputado estadual Douglas Ruas, companheiro de chapa de Eduardo Paes, como candidato a vice-governador.

■ O grande arquiteto desta negociação é o vice-presidente da Câmara Federal, o deputado Altineu Côrtes. O que começou como uma brincadeira de salão ganhou corpo com os acenos positivos de Paes, que tem bom conceito de Ruas e sabe da importância de ter um vice de grande densidade eleitoral.

■ Para a articulação andar mais rápido, é necessário demover um obstáculo: a resistência de parte do clã Bolsonaro a Eduardo Paes.

■ **NITERÓI PERDE OBRAS BILIONÁRIAS AO PERDER CANDIDATURAS PARA SEDIAR JOGOS PAN-AMERICANOS** - Os planos de super obras em Niterói como cidade sede dos jogos Pan-Americanos caíram. Ao perder a candidatura para Assunção, no Paraguai, o Prefeito Rodrigo Neves terá de arquivar as intervenções bilionárias que planejava fazer.

■ Como sede dos jogos, compartilhada com o Rio, Neves teria o álbi para assinar contratos bilionários na área de mobilidade e equipamentos públicos. Algo semelhante como ocorreu com o Rio com a Olimpíada.

■ **CHINESES DESISTEM DE COMPRAR FÁBRICA NO RIO DEPOIS DAS SOBRETAXAS DE TRUMP** - A Indústria Brasileira de Filmes (IBF), maior empresa brasileira de fabricação de chapas de impressão para a indústria gráfica e outros produtos químicos, com sua sede em Xerém, Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, encerrou as suas atividades de forma programada no primeiro semestre. A empresa, fundada em 1970, atuava na fabricação de filmes para uso em gráficas e radiologia, depois substituídos por chapas para impressão. Com clientes mundiais e uma marca consolidada internacionalmente, a empresa está sendo negociada com um grupo chinês, interessado no selo de qualidade da sigla IBF.

■ A ideia dos chineses era comprar o sofisticado parque gráfico de Xerém e continuar a produzir no Rio os insumos gráficos. Só que a sobretaxa de Trump para os produtos brasileiros está fazendo os chineses mudarem de ideia. Agora, querem só a marca e seguirão fabricando seus produtos no exterior.

■ O Brasil e o Rio perderam a chance de reativar pelo menos 400 novos empregos. O parque fabril da IBF deve ganhar um novo destino. Com paisagismo primoroso, está pronto para abrigar um centro de alta tecnologia ou até mesmo sediar uma universidade. É a área mais bonita de Duque de Caxias.

■ EMPRESAS AÉREAS PERDEM RE-

PRESENTATIVIDADE INSTITUCIONAL E FICAM VULNERÁVEIS ÀS MEDIDAS POPULISTAS - O projeto contra a cobrança de bagagens de mão nas companhias aéreas brasileiras, que tramita em caráter de urgência na Câmara dos Deputados, reflete o encolhimento das relações institucionais das empresas de aviação com a classe política e o encolhimento da ABEAR, a associação criada para defender os interesses das aéreas.

■ A LATAM e a GOL já tiveram uma atuação mais marcante junto às autoridades em Brasília e a própria Azul, que não pertence a ABEAR, também encolheu no relacionamento institucional.

■ A decisão do parlamento é populista e se avançar vai ter efeito contrário. Ao invés de

baixar tarifas, vai aumentar o preço médio dos bilhetes. Está faltando um porta-voz que explique aos parlamentares o ponto de vista das companhias aéreas sufocadas pelo custo Brasil e por terem os seus custos atrelados ao dólar.

■ Além do encolhimento da ABEAR, a própria Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) perdeu protagonismo em colocar ordem na casa e explicar os efeitos nocivos de uma medida populista com graves efeitos colaterais para os passageiros.

■ O CORAÇÃO BRASILEIRO DE FRANCISCO PINTO BALSEMÃO - O anúncio da morte do ex-primeiro ministro de Portugal, Francisco Pinto Balsemão, fez lembrar o protagonismo de uma carioca na vida do político português.



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita



Transatlântico foi impedido de atracar no porto devido a fortes chuvas na capital baiana

Navio de passageiros da MSC é proibido de atracar em Salvador 300 passageiros perdem conexões aéreas

Só na Bahia acontecem coisas inusitadas. Todo mundo já ouviu de aeroporto fechado por mal tempo, mas Salvador teve o seu porto fechado devido às fortes chuvas e ventos. O navio MSC Preziosa, que realizava a viagem da Europa para o Brasil, foi proibido de entrar no Porto de Salvador nesta terça, 21 de outubro. Pela primeira vez em um século, a Capitania dos Portos fechou o porto da capital baiana por questão de segurança, devido a fortes chuvas. Estavam previstos o

desembarque de 300 passageiros que faziam a travessia Europa-Brasil e o embarque dos primeiros das viagens domésticas. Foi um caos, com o terminal repleto de pessoas esperando o embarque e dezenas de ônibus para as excursões.

O navio dormiu em alto mar e deve encostar, finalmente, nesta quarta, 22, na capital baiana. Até o prático do porto se recusou a guiar a embarcação. Esta seria a estreia da temporada de grandes transatlânticos no Brasil.

■ Durante anos, Beth Jardel, viúva do ator Jardel Filho, teve um relacionamento amoroso com Balsemão, o todo poderoso da política e imprensa portuguesa, sendo reconhecida como a sua ‘Amante Oficial’. Eles viajavam juntos e frequentavam os salões da sociedade portuguesa sendo reverenciados nos altos círculos. Até hoje, a cultura portuguesa aceita a ideia da ‘Amante Oficial’ como algo plenamente usual.

■ Conhecida pela sua beleza e elegância, Beth, já falecida, era de uma energia avassaladora e muito trabalhadora. Como relações públicas, trabalhou até os seus últimos dias com plena lucidez e vigor. Era muito querida no Brasil e amiga dos amigos.

■ **ITAMARATY PREOCUPADO COM O ANTAGONISMO DO PT, DO GOVERNO E DE LULA CONTRA OS EUA** - A escolha de Guilherme Boulos para ministro e os comerciais do PT no horário gratuito da TV, mostrando a bandeira americana na Avenida Paulista com viés negativo, além dos últimos pronunciamentos de Lula sobre soberania brasileira e da América Latina, estão sendo registrados e alimentados os relatórios da inteligência da embaixada norte-americana em Brasília e enviados a Washington.

■ A turma do Itamaraty, que tem atuado como um eficiente bombeiro nas relações entre o Brasil e os EUA, anda de saia justa com esse comportamento do Governo Lula. Sabem que estes sinais não estão passando despercebidos e estão chegando na mesa do Secretário de Estado Marco Rubio.

■ **AVANÇO NA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO** - Será inaugurada, nesta quarta-feira, 22 de outubro, a Sala Azul, um espaço multis sensorial de acolhimento voltado para crianças autistas (TEA) e suas famílias, no Bangu Shopping. A iniciativa, do vereador Felipe Boró e do deputado Guilherme Schleder, tem como objetivo oferecer, através da Sala Azul, um ambiente tranquilo e sensorialmente adaptado para crianças que possam se sentir desconfortáveis em locais com excesso de estímulos, como shoppings e grandes eventos.

■ **NATAL BRASILIDADE MARICÁ** - A Prefeitura de Maricá realiza, nesta quarta-feira, 22 de outubro, coletiva de apresentação do projeto Natal Brasilidade Maricá 2025. Com direção artística de Milton Cunha, que estará presente na coletiva, o projeto propõe uma programação natalina que integra arte, cultura e elementos da identidade brasileira, com desfiles temáticos, iluminação cênica, experiências imersivas e a tradicional Parada de Natal. A iniciativa tem como objetivo posicionar o evento como uma nova referência no calendário cultural e turístico do Estado do Rio de Janeiro.

Fernando Molica

Disputa pelo Congresso desafia candidatos

O candidato que vencer a disputa presidencial terá pela frente um desafio eleitoral ainda maior: eleger bancadas de deputados e de senadores que lhe garantam um mínimo de governabilidade.

A tendência conservadora do Congresso, que tende a ser mantida, faz com que o problema seja ainda delicado para o presidente Lula (PT), candidato declarado à reeleição.

A tarefa de obtenção de maioria passou a ser dificultada pela maior independência dos partidos — irrigados com verbas oficiais cada vez maiores — e, principalmente, pelo efeito das emendas parlamentares de execução obrigatória, que aumentaram a musculatura de deputados e senadores.

Os sucessivos perrengues do governo com o Congresso e o aumento do poder dos parlamentares indicam a necessidade de busca, por candidatos à Presidência, de mecanismos que ao menos estimulem alguma correspondência do cidadão na escolha de seus preferidos para o Executivo e o Legislativo.

A polarização dos últimos anos apontou para alguma unidade nas escolhas, mas os critérios que levam à opção por candidatos a governar e a legislar ainda são bem diferentes.

O tal do presidencialismo de coalizão, que garantia a go-

vernabilidade ao ocupante do Planalto, acabou corroído por um Congresso que, dono do direito de fazer leis, cada vez utiliza esta prerrogativa em causa própria.

No modelo construído pela Constituição de 1988, todo o sistema girava em torno da Presidência da República, tanto que a ênfase era na eleição daquele que iria ocupar o Planalto.

O poder do presidente era suficiente para, com uma equilibrada e generosa distribuição de verbas e cargos, conseguir uma confortável maioria na Câmara e no Senado.

A centralização de recursos fazia com que parlamentares procurassem mostrar fidelidade ao governo, eles dependiam dos agrados que pingavam da Esplanada dos Ministérios para irrigar obras em suas paróquias.

A falta de identidade ideológica da grande maioria de deputados e senadores facilitava o processo, ninguém do Centrão seria acusado de traidor ao arrastar a asa para, por exemplo, um governo petista.

As então permitidas doações de empresas privadas aos candidatos consolidavam o modelo de dependência, já que o grosso das verbas ia para os que lideravam a corrida presidencial — cabia a estes definirem a entrega de recursos para partidos aliados.

A possibilidade de coligações entre os partidos para eleições proporcionais, vigente até a entrada em vigor de emenda constitucional de 2017, bagunçava o coreto, partidos que alegavam possuir diferentes visões ideológicas poderiam concorrer como se fossem uma só agremiação, o voto em candidato de uma legenda ajudava a eleger o de outra.

A bagunça institucional era tanta que, na prática, impedia que um candidato a presidente recomendasse voto em candidatos de seu partido, já que isso seria mal recebido pelos parceiros. Confiava que, depois de eleito, conseguiria comprar os votos necessários para governar.

Mas ficou para trás o tempo em que ninguém chegava ao paraíso das verbas sem a intermediação do Palácio do Planalto ou dos ministérios. Não é que esse poder tenha acabado de vez, o governo ainda dispõe de instrumentos capazes de promover agrados e de gerar insatisfações, mas, a cada dia, o modelo se revela mais frágil.

As emendas parlamentares reforçaram a lógica de que cada deputado é representante de si mesmo, não de seu partido — um processo lucrativo, que tende a diminuir o impacto da polarização que se anuncia para 2026 e que, ao mesmo tempo, representa um desafio para quem for eleito.

Tales Faria

Governo tem cartas na manga para cobrir rombo da MP do IOF

O governo tem cartas na manga para o caso de a Congresso não aprovar aumentos de impostos para cobrir o rombo no Orçamento causado pela queda da Medida Provisória alternativa ao aumento da taxa sobre bets e sobre Operações Financeiras.

A MP previa uma arrecadação de R\$ 20,9 bilhões em 2026 e um corte de gastos de R\$ 10,7 bilhões. O Palácio do Planalto teve que retirar de pauta no último dia 8 porque vencida naquele dia seu prazo de validade.

O texto era considerado essencial para viabilizar o equilíbrio fiscal em 2026, ano em que o governo precisará cumprir uma meta de superávit primário de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB).

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou nesta terça-feira (21) que enviará ao Congresso separadamente um projeto de corte de gastos e outro de aumento de arrecadação.

A avaliação do governo é que a MP sofreu rejeição dos parlamentares por juntar quem era contra cortes de gastos com aqueles que são contrários ao aumento de impostos. Mas, para os articuladores políticos do Planalto, a parte de corte de gastos tem mais possibilidade de ser aprovada.

Há uma resistência maior ao aumento de impostos.

A proposta é aumentar taxa sobre Fintechs — que são instituições financeiras semelhantes aos bancos, mas que pagam menos impostos — e sobre as bets. É forte o lobby de proteção desses setores no Congresso. A estratégia do governo é insistir num primeiro momento nas taxas para deixar clara a atuação dos lobies.

Caso os parlamentares não aprovelem mesmo aumentar impostos para esses setores, a ideia é colocar em jogo a possibilidade de cortar recursos das emendas parlamentares, e, por fim, forçar a aprovação do Projeto de Lei número 125 de 2022, que regulamenta a figura do devedor contumaz.

O texto já foi aprovado no Senado e traz penas mais duras para combater o crime organizado no setor de combustíveis.

Segundo a área econômica, devedores contumazes são responsáveis por uma dívida de R\$ 200 bilhões aos cofres públicos. O projeto, se aprovado, poderia recuperar em torno de R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões por ano.

Foi aprovado no Senado após a pressão gerada pela Operação Carbono Oculto, deflagrada no fim de agosto, que investiga esquema de comércio de combustíveis adulterados.

Depois que chegou na Câmara, o projeto ficou parado. O presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), tem resistido a colocá-lo em pauta, o que provoca desconfianças de que algum lobby esteja tentando paralisar a tramitação.

O corte nas emendas PIX e a cobrança da dívida de devedores contumazes são, portanto, as cartas na manga que o governo guarda para enfrentar resistências do Congresso a aumentar arrecadação para cobrir o rombo deixado pela derrubada da MP do IOF.

Do ponto de vista da opinião pública, ficou mal para o Congresso — especialmente para o centrão e para Hugo Motta — a derrubada de taxa do chamado “andar de cima”. O governo faturou politicamente se colocando como quem defende o “andar de baixo”.

Agora a expectativa do Palácio do Planalto é que o centrão desista de esticar a corda. Mas, se a oposição obtiver o apoio dos partidos de centro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está disposto a não ceder.

A ideia é que, quanto mais próximo das eleições, mais difícil ficará para a ala oposicionista do Congresso insistir nas pautas que prejudiquem a economia.